

*Lotarias*  
*Terceira*  
*[Signature]*

**ANEXO**

**AO**

**BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**2020**

## ANEXO

**Nota Introdutória**

- O Conselho Diretivo entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, bem como a sua posição e desempenho financeiro.
- Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.
- As notas não mencionadas não têm aplicação no exercício de 2020.

**Nota 1 - Identificação da Entidade**

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, foi fundada em 1659 e tendo início fiscal da atividade a 05/01/1959, tem a sede na Rua da Sofia, 114-1º, 3000-389 Coimbra.

A Venerável Ordem tem o CAE 87301-Atividade Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento. O objeto é apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social.

Número médio de empregados ao serviço no período de 2020 foi de 43 colaboradores.

**Nota 2 – Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2014 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura (já o SNC-ESNL) pelo que se verifica boa comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2018 e 2019. A adoção do novo normativo contabilístico não implicou qualquer ajustamento de transição.

**NOTA 3 – Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

**3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

**3.2. Outras políticas contabilísticas:** As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRFESNL.

901010  
 10/10/20  
 [Assinatura]

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

### 3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (*Continuidade*):

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.4. Consistência da apresentação:

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.5 — Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.6 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

## NOTA 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

4.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente.

Não Aplicável.

## NOTA 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição no período de início de utilização deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas, assim que os bens começam a ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Vida útil estimada (anos)
<b>Bens Patrim. Hist. Artist. Cult.:</b>	
Imóveis	50 anos
Móveis	6 anos
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos



*Está em*  
*1 mês*  
*Frutos*

## NOTA 6 – Ativos Intangíveis

## 6.1 — A entidade deve divulgar para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;
- b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;
- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período;
- d) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações.

		Projetos de desenvolvimento	Total
	<b>Com vida útil indefinida:</b>		
[1]	Quantia bruta escriturada final	0,00	0,00
[2]	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
[3]	Quantia líquida escriturada final (2-1)	0,00	0,00
	<b>Com vida útil finita:</b>		
[4]	Quantia bruta escriturada inicial	8.143,72	8.143,72
[5]	Amortizações acumuladas iniciais	0,00	0,00
[6]	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00
[7]	Quantia líquida escriturada inicial (4-5-6)	8.143,72	8.143,72
[8]	Movimentos do período (8.1+ 8.2 + 8.3 + ... . 8.6)	313,30	313,30
[8.1]	Total das adições	0,00	0,00
Adições	Aquisições em 1ª mão	313,30	313,30
	Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	0,00	0,00
	Outras aquisições	0,00	0,00
	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
	Acréscimo por revalorização	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00
[8.2]	Total das diminuições	0,00	0,00
Diminuições	Amortizações	0,00	0,00
	Perdas por imparidade	0,00	0,00
	Alienações	0,00	0,00
	Abates	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00
[8.3]	Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
[8.4]	Transferências de intangíveis em curso	0,00	0,00
[8.5]	Transferências de/para ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00
[8.6]	Outras transferências	0,00	0,00
[9]	Quantia líquida escriturada final	8.457,02	8.457,02
[10]	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	0,00	0,00

**NOTA 7 – Locações**

Não aplicável.

**NOTA 8 – Custos de Empréstimo Obtidos**

Não aplicável.

**NOTA 9 – Inventários**

**9.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:**

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;  
- Sistema de inventário Intermitente ou Forma de Custeio FIFO

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

[1] Inventários Iniciais	2.695,59
[2] Compras	76.044,26
[3] Reclassificação e Regularização de Inventários	0,00
[4] Inventários Finais	2.318,06
[5] Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (1+2-3-4)	76.421,79

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

-Custo das mercadorias vendidas e consumidas: 76.421,79€.

**NOTA 10 – Rédito**

**10.1 Uma entidade deve divulgar:**

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;  
Os réditos associados à prestação de serviços e referente a quotizações, mensalidades e participações de utentes.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo rédito proveniente de:

Período 2019	
	Réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços:	252.579,27
- Quotizações	2.240,00
- Mensalidades	250.339,27
Subsídios	431.562,18
Outros rendimentos	98.413,22
Juros	244,84

*Stavani*  
*10/12/20*  
*[Signature]*

**NOTA 11 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.**

Não aplicável.

**NOTA 12 – Subsídio do Governo e Apoios do Governo.****12.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:**

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

O subsídio do Governo só é reconhecido desde que haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

A natureza dos subsídios são integralmente não reembolsáveis e foram atribuídos pela Segurança Social; IEFP; Doações e Heranças.

Subsídio	Tipo	Dem. Resultados
Subsídios à Exploração	Subsídio Estado e outros entes públicos	431.562,18
	Subsídio de outras entidades	0,00
	Doações e Heranças	0,00
	<b>Total</b>	<b>431.562,18</b>

**NOTA 13 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.**

Não aplicável.

**NOTA 14 – Imposto Sobre o Rendimento.****14.1 — Devem ser divulgados separadamente:**

As IPSS são isentas de pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Empresas Coletivas (IRC) ao abrigo do artigo 10º, nº1, b) do CIRC.

Resultado Contabilístico do Período (antes de impostos).	-75.966,45
Imposto Corrente	0,00
Imposto Diferido	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00

**NOTA 15 – Instrumentos Financeiros.**

Não aplicável.

**NOTA 16 – Benefícios Dos Empregados.****16.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano;**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 43 colaboradores. Não existindo dívida ativa ou passiva com o pessoal.

**16.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro;**

Não subsistiu qualquer alteração dos membros dos órgãos diretivos no período de relato financeiro.

**16.3 — Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos;**

Os órgãos diretivos não recebem remuneração.

<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>610.854,24</b>
Remunerações do pessoal	496.113,52
Encargos sobre remunerações do pessoal	108.045,03
Seguro de acidentes de trabalho	5.626,77
Outros gastos com pessoal	1.068,92

**NOTA 17 – Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.**

Nos termos do decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

Obrigações contabilísticas e fiscais em Euros, definidas no Decreto-Lei nº 138/98 de 16 de maio.

**NOTA 18 – Outras Informações Relevantes.**

Outros Quadros relevantes:

**- Fluxos de Caixa**

	<b>Débitos</b>	<b>Créditos</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	112.242,26	108.083,62	4.158,64
Depósitos à ordem	1.181.450,80	1.075.242,99	106.207,81
Outros depósitos	277.838,97	164.273,12	113.565,85

**- Fornecimentos e serviços externos**

<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>139.554,36</b>
Subcontratação	
Serviços especializados	<b>50.556,89</b>
- Trabalhos especializados	8.116,60
- Publicidade	
- Vigilância e segurança	
- Honorários	29.800,81
- Comissões	
- Conservação e reparação	12.142,33
- Serviços bancários	224,38
- Outros	272,77
Materiais	<b>3.244,88</b>
Energia e fluidos	<b>36.949,69</b>
- Eletricidade	20.608,27
- Combustíveis	937,04
- Gás	9.008,99



- Água	6.395,39
<b>Deslocações e estadas</b>	<b>943,38</b>
Transporte de mercadorias	
<b>Serviços diversos</b>	<b>47.859,52</b>
- Rendas e alugueres	0,00
- Comunicações	3.157,62
- Seguros	10.289,33
- Royalties	
- Contencioso e notariado	49,27
- Representação	
- Limpeza e higiene	34.363,30
- Outros serviços	
Descontos e abatimentos diversos	

*20/11/2020*  
*Notário*  
*[Assinatura]*

**- Informação por atividades económicas****Atividade 87301 CAE-Rev. 3**

Vendas	0,00
Prestação de serviços	252.579,27
Compras	76.044,26
Fornecimentos e serviços externos	139.554,36
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	76.421,79
Número médio de pessoas ao serviço	43
Gastos com o pessoal	610.854,24
- Remunerações	496.113,52
- Outros	114.740,72
Quantia escriturada líquida final Ativos Fixos Tangíveis	544.242,25

	Interno	Intracomunitário	Extracomunitário
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	252.579,27	0,00	0,00
Compras	76.044,26	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	139.554,36	0,00	0,00

**- Outros Rendimentos e Ganhos**

<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	Rendimentos Suplementares	58.133,57
	Rendim. Ganhos Invest. não Financ.	0,00
	Restituição Imposto	3.332,00
	Donativos	36.897,65
	Peregrinações	50,00
	Outros não especificados	0,00
	<b>Total</b>	<b>98.413,22</b>

**- Outros gastos e perdas**

<b>Impostos</b>	Impostos diretos	2.259,37
	Impostos Indiretos	18.480,84
	Taxas	2.297,96
	Outros	0,00
<b>Total</b>		<b>23.038,17</b>

**- Gastos e rendimentos financeiros**

**Rendimentos Financeiros**

Depósitos obtidos	244,84
-------------------	--------

*Costa Luani Soares*

*Alexandro Henri de Silva Nogueira*

